

Representação política no DF

Deputados querem comissão permanente para problemas locais

Esboça - se na Câmara dos Deputados um movimento em favor da criação, no âmbito desta Casa do Congresso, de uma comissão permanente incumbida do debate e da apreciação de todas as questões de interesse da população do Distrito Federal, que não tem qualquer representação política. Este movimento tem como principais articuladores integrantes da bancada de Goiás, que se mostram mais sensíveis ao que se passa na Capital da República, particularmente em razão dos reflexos da ação do Governo local em toda a região geoeconômica desse Estado, que tem Brasília como centro de irradiação.

Os parlamentares ouvidos pelo **Correio Braziliense** levantam sérias restrições à atuação da Comissão do Distrito Federal no Senado, a qual, segundo afirmam, vem desempenhando o papel "meramente homologatório", desde que, com a vigência da Constituição de 1967, esta Casa do Congresso passou a ter competência exclusiva para discutir e votar projetos de lei sobre matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração do Distrito Federal, cabendo - lhe ainda "exercer a fiscalização financeira e orçamentária, com o auxílio do respectivo Tribunal de Contas".

Desde que não se trate de matéria enquadrada nesta área de competência do Senado, os deputados também podem apresentar proposições pertinentes ao DF. Este ano, apenas o deputado Siqueira Campos (Arena - GO) valeu - se desta prerrogativa, ao apresentar projeto de lei, determinando o plantio de árvores frutíferas nos logradouros públicos do Distrito Federal. A proposição foi rejeitada pela Câmara, por inconstitucional, de vez que sua implementação implicaria em aumento da despesa pública.

A par da apreciação de todas as proposições referentes à Capital da República, a Comissão do DF na Câmara se incumbiria também do debate de outras questões de interesse local, convocando, inclusive, autoridades do Governo para a prestação de esclarecimentos sobre assuntos de sua alçada, como a execução orçamentária. Os casos, por exemplo, de transposições de verbas, de aplicações indevidas, que, muitas vezes, escapam ao crivo do Senado, poderiam justificar a convocação do Governador do DF, pela Comissão.

Já que o Governador é nomeado pelo Presidente da República, enten-

dem alguns parlamentares que a Comissão do DF, seja na Câmara ou no Senado, deveria sempre ter participação majoritária da Oposição, uma vez - afirmam - a maioria governista nestes órgãos tem servido apenas para louvar a atuação do Governo e homologar as suas contas, sem maiores cuidados. Sendo o partido do Governo majoritário na Comissão, seus representantes tendem sempre a "dizer que está certo um ato oficial que não se enquadra nos princípios da moralidade administrativa". Muitas vezes não se trata de um atodesonesto, mas apenas de um erro administrativo, de uma ilegalidade para cuja prática não contribuiu a má - fé do administrador da coisa pública.

Um dos parlamentares ouvidos entende que "só a Oposição nas circunstâncias atuais, tem condições de pedir contas ao Governo. Ele admite que o Senado continue a aprovar o Orçamento do DF, mas sustenta que uma comissão da Câmara, integrada por maioria oposicionista, atuaria de forma mais independente na fiscalização dos atos do Governo. Este mesmo parlamentar concorda com a criação desta comissão, mas observa que o ideal seria uma comissão mista do Congresso, a qual, a seu ver, supriria, em parte, a ausência de um legislativo local.

A crítica maior que se faz à Comissão do DF no Senado refere - se ao prestígio de que seus membros desfrutam junto ao Governo, que certamente, deve sentir - se constrangido em negar um pedido de nomeação ou outro favor qualquer.

Cita - se o caso de um diretor de empresa pública, cujos dois principais assessores são a filha e um genro de um senador - membro da comissão. Esta mesma empresa, ainda há pouco, autorizou a publicação de um suplemento especial no jornal de propriedade deste senador, no norte do País. O parlamentar que faz a denúncia indaga que interesse teria para esta empresa, cuja atuação se restringe ao DF, a publicidade autorizada. Qual seria a sua finalidade, se o bem que se propõe a vender não atende sequer à demanda local?

"Esta comissão - afirma o parlamentar - ao invés de servir de ajuda ao desenvolvimento do Distrito Federal, acompanhando a execução do orçamento, exigindo maior rigor na aplicação das dotações, tem servido

mais para promover os seus membros. Eles passam a ser temidos pelo Governo, o que transforma o órgão numa espécie de legislativo espúrio, um elemento de coação".

O deputado Genervino Fonseca (MDB - GO) não parece muito inteirado sobre o papel da Comissão do DF no Senado. Ele concorda com a criação de idêntica comissão na Câmara, por entender que os deputados também têm o direito de opinar, no órgão próprio, sobre o que se passa no DF e até mesmo legislar. "Afinal, nós aqui residimos com nossas famílias, enfrentando a maioria dos problemas que afligem a população de um modo geral". Genervino Fonseca é favorável à representação política no DF em todos os níveis.

O deputado Otacílio Almeida (MDB - SP), reeleito para novo mandato, também defende a representação política para Brasília. Quanto à criação da Comissão do DF na Câmara, acha a idéia inteiramente válida. Ele é a favor de toda e qualquer medida que "venha melhorar a situação política do DF no quadro da Federação". Na ausência de um legislativo local, é de opinião que a criação da comissão vai permitir um debate mais amplo e independente das questões de interesse da população de Brasília. Ele cita como exemplo o problema do transporte de massa. A seu ver, é muito estranho que, sendo Brasília uma cidade moderna, até hoje não se tenha examinado a necessidade futura da construção de um metrô, para atender às cidades - satélites.

Já que o brasiliense não participa de eleições, Otacílio Almeida considera o Título Eleitoral aqui expedido de inteira inutilidade, daí estranhar que as repartições o exijam para inscrição em concursos públicos, participação em concorrências etc.

O Presidente da Câmara, deputado Marco Maciel, é inteiramente contrário à criação da Comissão do DF na casa que preside. Lembra o parlamentar que a medida não se justifica, uma vez que cabe ao Senado legislar para o DF.

Segundo observa, com a criação da Comissão do Interior (que, na próxima legislatura, substituirá cinco comissões especiais voltadas em sua maioria para problemas regionais), todas as questões de interesse do DF poderão ali ser debatidas.

"Ademais - disse Maciel - para criar a comissão, teríamos que reformar o Regimento".